

Empregados do Itaú aprovam ACT da PCR para 2025 e 2026



Acordo prevê reajuste nos valores da PCR para os próximos dois anos, com base na inflação e na rentabilidade do banco.

Os empregados do Itaú em todo o Brasil aprovaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o pagamento da Participação Complementar nos Resultados (PCR), referente aos exercícios de 2025 e 2026.

A proposta consiste nos seguintes termos:

Para 2025: reajuste de 6,25% no valor da PCR (equivalente à inflação de março medida pelo INPC + 1%) e ROE de até 22,1% para a primeira faixa, e acima de 22,1% para a segunda faixa;

Para 2026: reajuste conforme o índice negociado para a categoria e ROE de 22,1% para a primeira faixa, e acima de 22,1% para a segunda faixa.

Os valores propostos por faixa são:

Primeira faixa (ROE até 22,1%): R\$ 3.908,05

Segunda faixa (ROE acima de 22,1%): R\$ 4.096,42

“O lucro do Itaú segue crescendo cada vez mais, resultado da dedicação e do esforço dos bancários, que merecem ser valorizados corretamente. O PCR é fruto de muita luta dos trabalhadores e de muita pressão do movimento sindical. É um pagamento adicional à PLR da Convenção Coletiva de Trabalho, feito como reconhecimento ao trabalho dos bancários, que agora terão um aumento no valor recebido graças à negociação conduzida pelo Sindicato”, afirma Valeska Pincovali, uma das coordenadoras da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú.

ContrafCast: projeto de isenção do IR revela luta de classes

Por que um projeto tão popular como o da isenção e redução de impostos para trabalhadores encontra resistência no Congresso? Esta é a questão levantada nesta edição do ContrafCast, o podcast da Contraf-CUT, sobre o projeto de lei (PL), de autoria do governo Lula, que tramita no Congresso Nacional para isentar quem ganha até R\$ 5 mil/mês do Imposto de Renda e conceder descontos para quem ganha até R\$ 7 mil/mês.

Se aprovado pelos deputados e senadores, cerca de 10 milhões de brasileiros passarão a ser isentos do Imposto de Renda (IR), a partir de 2026. Entretanto, para que isso seja possível, cerca de 141 mil pessoas apenas, que recebem remuneração expressiva, acima de R\$ 600 mil por ano, teriam um aumento no imposto. E esse é o ponto que causa resistência para a aprovação do PL no Congresso.

Acesse o link para o PodCast em nossa página na Internet.